

Organizadores

Mônica C. Miranda
Carolina Toledo Piza
Andre Luiz de Sousa
Daniele Pereira de Souza
Juliana C. N. Ferreira
Pompeia Villachan-Lyra
Carolina Nikaedo
Orlando F. A. Bueno

Colaboradores

Ana Luiza Pilla Luce
Emanuelle Chaves
José Moacir de Lacerda Jr
Maria Cristina A. C. R. Oliveira
Nelma Assis
Renata Trefiglio Mendes Gomes
Silvia Maciel
Tatiana Góes Freitas

Projeto Gráfico

Priscilla Ballarin

Diagramação

Flávio Della Torre

Ilustrações

Eliza Freire

Agradecimentos

Um especial agradecimento à Direção, Coordenação e aos Professores das Escolas, Centro de Educação Infantil - CEI Arrastão, EMEI do Lar Sírio, EMEI São Paulo e CEI Nova Santana, as quais se prontificaram a receber a equipe de pesquisadores, auxiliando na primeira fase deste projeto, em que foi possível levantar as necessidades formativas do professor da educação infantil.

Sumário



4

As diferentes concepções do que é ser criança ao longo do tempo

A criança de ontem

E o que é ser criança hoje?

12

Neurociências e a educação

As neurociências na sala de aula

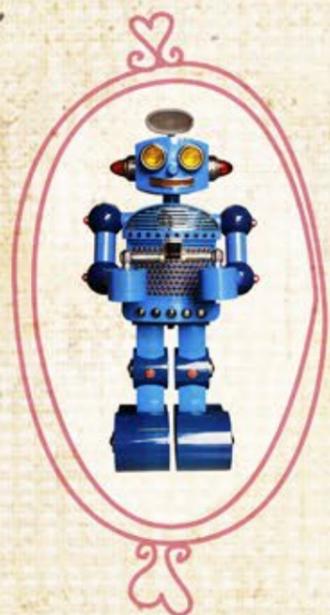
Os neuromitos

A importância da neurociência para as políticas públicas no Brasil

19

Qual é a proposta do Projeto Pela Primeira Infância?

As diferentes concepções do que é ser criança ao longo do tempo



Mas, afinal, o que é a infância?

Esta e outras perguntas relacionadas à infância normalmente promovem uma grande e profunda reflexão em nós, profissionais que lidamos com crianças, nos levando às mais variadas respostas. A infância é uma área de estudo multidisciplinar e extremamente abrangente. Diversas perspectivas podem ser adotadas para compreender este vasto universo. Portanto, é necessário recorrermos a fontes cuidadosas, baseada em estudos científicos, que nos auxiliarão a percorrer este fascinante mundo da primeira infância.

Durante muitas décadas, o conhecimento sobre o desenvolvimento infantil foi limitado, gerando uma visão restrita e/ou, enviesada

da criança. Por exemplo, na antiguidade, os gregos utilizavam palavras ambíguas para classificar qualquer pessoa que estivesse em um estágio entre a infância e a velhice, não havendo, portanto, uma diferenciação nas etapas do desenvolvimento infantil. Ainda, na idade média, as crianças eram consideradas “adultos em miniatura”. Muitos teóricos acreditavam que crianças eram como uma “tábula rasa”, comparando-as a uma folha de papel em branco, que nasce sem “nada escrito” e que é “preenchida” (ou determinada) somente pelas suas experiências pós-nascimento. Essa concepção de desenvolvimento é chamada de “ambientalista”. Há também a chamada concepção “inativista” que, ao contrário, vai defender que tudo



A criança de ontem

o que o sujeito será é determinado por fatores genéticos e que, ao nascer, todas as potencialidades da criança já estão pré-determinadas. Há ainda uma terceira concepção de desenvolvimento, que hoje tende a ser mais aceita, que é a concepção interacionista ou sócio-interacionista, que considera as influências (ambientais, sociais e biológicas) na constituição do sujeito e em seu desenvolvimento. Assim, consideramos importantes as tendências genéticas e as características biológicas do bebê ao nascer, mas as experiências que ele viverá e as relações sociais e afetivas que estabelecerá terá um papel fundamental no curso do seu desenvolvimento, em todas as suas dimensões (cognitiva, afetiva, social e física).

De acordo com os estudos da Psicologia do Desenvolvimento, a infância é um período de mudanças bio-psico-sociais que vai desde o

nascimento até o ingresso na puberdade, por volta dos doze anos de idade. É um período de profundas transformações que serão fortemente influenciadas pelas experiências que as crianças irão viver ao longo desse período.

Esta mesma definição é adotada por autoridades no assunto, como a Convenção sobre os Direitos da Criança, aprovada pela ONU em 1989, e também pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

As características da infância mudam com o tempo em função das diferenças sócio-culturais, econômicas e geográficas de um dado contexto histórico. Portanto, a criança de hoje não é exatamente igual à do passado, nem será igual à que virá nos próximos séculos, uma vez que os contextos sócio-histórico e culturais também serão modificados.

“O desenvolvimento humano é o conjunto de processos através dos quais as particularidades da pessoa e do ambiente interagem para produzir constância e mudança nas características da pessoa no curso de sua vida”.

Urie Bronfenbrenner

De acordo com uma importante autora da área da infância, Clarice Cohn, para que possamos nos aprofundar nesta discussão, precisamos nos desvincular de antigos conceitos (como a ideia da “tabula rasa”, da inocência fundante da criança, de que elas são “o futuro” e não o presente, tornando-as “pequenos adultos”) e abordar o universo da infância, compreendendo o que é ser criança e como podemos contribuir de modo a favorecer e potencializar o seu desenvolvimento nesses primeiros anos de vida. A mudança de paradigma se dá, uma vez que passamos a investir nos anos iniciais, evitando esperar pelo que ela virá a ser. Sabemos que os primeiros anos de vida se constituem como um período de grande relevância, sendo concebidos como “janelas de oportunidade” para o desenvolvimento de todas as áreas (cognitiva, física, afetiva e socioemocional). Esse tópico será discutido de forma mais aprofundada em outros momentos desse Programa de Formação. Assim, as experiências vividas pela criança nesse período marcarão para sempre a sua vida. Por tudo isto, resolvemos discutir melhor alguns aspectos relevantes sobre o “ser criança”.

Na Idade Média, a criança era vista como diferente do adulto apenas por atributos físicos, como pelo seu tamanho e/ou força, sendo concebidas como “adultos em miniatura”. Tão logo terminavam de mamar e começavam a andar de modo mais independente, as crianças eram inseridas no universo adulto sem qualquer distinção. Participavam do cotidiano dos adultos, de seus assuntos e, muitas vezes, de suas responsabilidades. Até suas roupas assemelhavam-se às dos adultos. Nessa época, não havia o que os autores chamam de “sentimento de infância”, caracterizado pela consciência das particularidades dessa

etapa do desenvolvimento, com diferentes modos de pensar e sentir e com diferentes necessidades, que se distinguem essencialmente do universo adulto. Nesse momento sócio-histórico, a criança era vista como um contraponto do adulto, considerando o seu papel na sociedade, suas ocupações, participações e responsabilidades que eram pautadas nas responsabilidades da vida adulta.

A partir do século XVIII, com as reformas religiosas, o “sentimento de infância” começa a ser desenvolvido. A afetividade no contexto familiar ganha um maior destaque. A criança passa a ser concebida como um ser social e assume uma participação maior nas relações familiares e na sociedade, passando a ser vista como um indivíduo com características e necessidades próprias, diferenciadas do adulto. É reconhecida como inocente, ingênua e graciosa, e ao mesmo tempo como imperfeita e incompleta. O trabalho foi gradativamente substituído pela educação escolar, que também assume um importante papel, o de “formar para o futuro”. Assim, a criança passa também a ser concebida como “um investimento futuro”, de maneira que, mais uma vez não é valorizada em suas características e necessidades atuais.

A partir de então, surgem, cada vez mais, estudiosos preocupados em compreender diferentes aspectos do desenvolvimento infantil, considerando ações pedagógicas, de saúde, privilegiando aspectos emocionais, da dinâmica familiar, bem como seu papel na sociedade.



“Ser criança é ter na cabeça, fantasias; nos olhos, o brilho da poesia; no corpo, o movimento e a música do mundo. É ter curiosidade, fazer muitas perguntas, investigar! É transformar e ser transformada por meio das brincadeiras e de suas infinitas possibilidades de criação, invenção e aprendizagens. É precisar de amor, atenção, cuidado e segurança. É explorar o mundo e tornar a vida uma aventura continuamente reinvestida de possibilidades!”

Tosatto (2009, p. 29)



E o que é ser criança hoje?

Você concorda? Nos dias de hoje, faz parte do “sentimento de infância”, ou seja, das peculiaridades dessa etapa do desenvolvimento, a busca pelo novo, pela exploração, pelo lúdico, pela alegria, pelo afeto e pela investigação. Entendemos que todas essas são características do universo da infância nos dias de hoje. Mas, vale ressaltar ainda a importância de considerar que diferentes contextos sócio-culturais terão forte impacto na maneira como tais peculiaridades se apresentarão. Por exemplo, o modo de ser de uma criança moradora de uma grande cidade como São Paulo ou Recife será diferente de uma criança que nasceu e cresceu em um vilarejo no interior de Pernambuco. Isso acontece porque as relações que ela estabelecerá, os aparatos culturais que farão parte da sua vida, os valores de sua comunidade, dentre outras coisas, serão diferentes e é na relação com tais aspectos que se dará o desenvolvimento da criança, de seus hábitos, crenças, valores e visão de mundo. É o que chamamos de concepção sócio-histórica de desenvolvimento. Ou seja, a criança, ao mesmo tempo apresenta características comuns a outras crianças (o sentimento de infância falado acima), mas também se constitui como um ser único.

Quando vemos a criança como um ser único, somos convidados a olhar também para as muitas infâncias que temos hoje e, assim, saímos da busca da uniformidade e homogeneização e passamos a considerar e valorizar as singularidades, diversidades e heterogeneidade.

Outra característica importante da criança de hoje é o seu caráter de protagonismo. Já não são vistas como seres passivos. Pelo contrário, são concebidas como atores sociais, protagonistas de seus processos de desen-

volvimento e socialização. Portanto, conhecer a criança implica em escutá-la, enxergá-la em suas particularidades, desenvolver um olhar atento e sensível tanto para o que ela pode estar dizendo com sua voz e suas ações, como também para o seu contexto socio-cultural, além de concebê-la como produto da sua cultura mas também como produtora dessa mesma cultura.

Ainda considerando algumas características importantes da criança de hoje, destacamos ser esta um “sujeito de direitos”. E o que significa isso? Conceber as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos significa entendê-las como seres especiais por estarem em desenvolvimento e, para garantir um desenvolvimento saudável, precisam ter alguns direitos garantidos pelo Estado, pela sociedade e pela família. Nessa direção, destacamos o art. 227, da Constituição Federal que diz: “*É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.*”

Nesse sentido, cabe ao Estado construir e promover políticas públicas que possam contribuir para garantir um desenvolvimento infantil pleno e saudável. Cabe ao Estado, à sociedade e à família promover os direitos garantidos constitucionalmente e, em decorrência, a proteção integral concebida como prioridade. Assim, nas últimas décadas, essa passou também a ser uma importante característica da criança de hoje, são **sujeitos de direitos**.

Considerando agora o universo escolar, de modo compatível com essa concepção, de acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (Brasília, 1998), “as crianças possuem uma natureza singular, que as caracterizam como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio”. Sendo assim, um dos grandes desafios dos profissionais que atuam na Educação Infantil consiste em lidar com as crianças considerando suas particularidades e realidades sócio-culturais, considerando o jeito particular da criança de ser e de estar no mundo.

Ao questionarmos a maioria das pessoas (sejam profissionais ou não) sobre a primeira infância, ainda é possível notar que são priorizados aspectos que giram em torno do que esta criança vai “vir a ser” no futuro. Por mais que se pretenda pensar na criança como um sujeito ativo e produtor de culturas, grande prioridade é dada ao preparo do que se almeja dela para o futuro. Tal anseio é natural, mas não deve prejudicar o reconhecimento das demandas e necessidades da criança no presente. Inclusive, com base nas pesquisas das Neurociências, hoje sabemos que muito desse “futuro” será determinado por um bom desenvolvimento dessa criança no presente. No entanto, ainda é muito comum a preocupação dos pais para que a criança aprenda logo a ler, que fale logo mais de um idioma, que tenha bom

desempenho em esportes, etc pois isso “garantirá” um bom futuro. Isso não é verdade. Tantos estímulos podem, inclusive, ser um estressor e atrapalhar o desenvolvimento infantil, ao mesmo tempo que também pode fazer com que a criança pule etapas do desenvolvimento necessárias para uma aquisição posterior.

Disto é que surgem as problematizações sobre a concepção da infância na atualidade: a criança já é no presente ou será somente no futuro? Deve ser considerada no presente ou deve ser vista somente como virá a ser no futuro?

Já sabemos essa resposta, não é? É apenas se desenvolvendo bem no presente que a criança poderá vir a ter um bom futuro. Ou seja, ao valorizar de forma enviesada o que ela virá a ser no futuro, corremos o risco de deixar de investir na criança do presente, atribuindo a ela funções pouco adequadas a sua fase do desenvolvimento. Isto ocorre quando são priorizadas múltiplas formações acadêmicas que são supervalorizadas como maneiras de prepará-la para o futuro na sociedade. Priorizar atividades inadequadas pode, em muitos casos, gerar uma supercarga de atribuições à criança e ser pouco eficaz para sua fase do desenvolvimento. Além disto, tais medidas acabam substituindo atividades essenciais para este período e em algumas circunstâncias, reduzem drasticamente o prazer da infância e o tempo para o brincar.

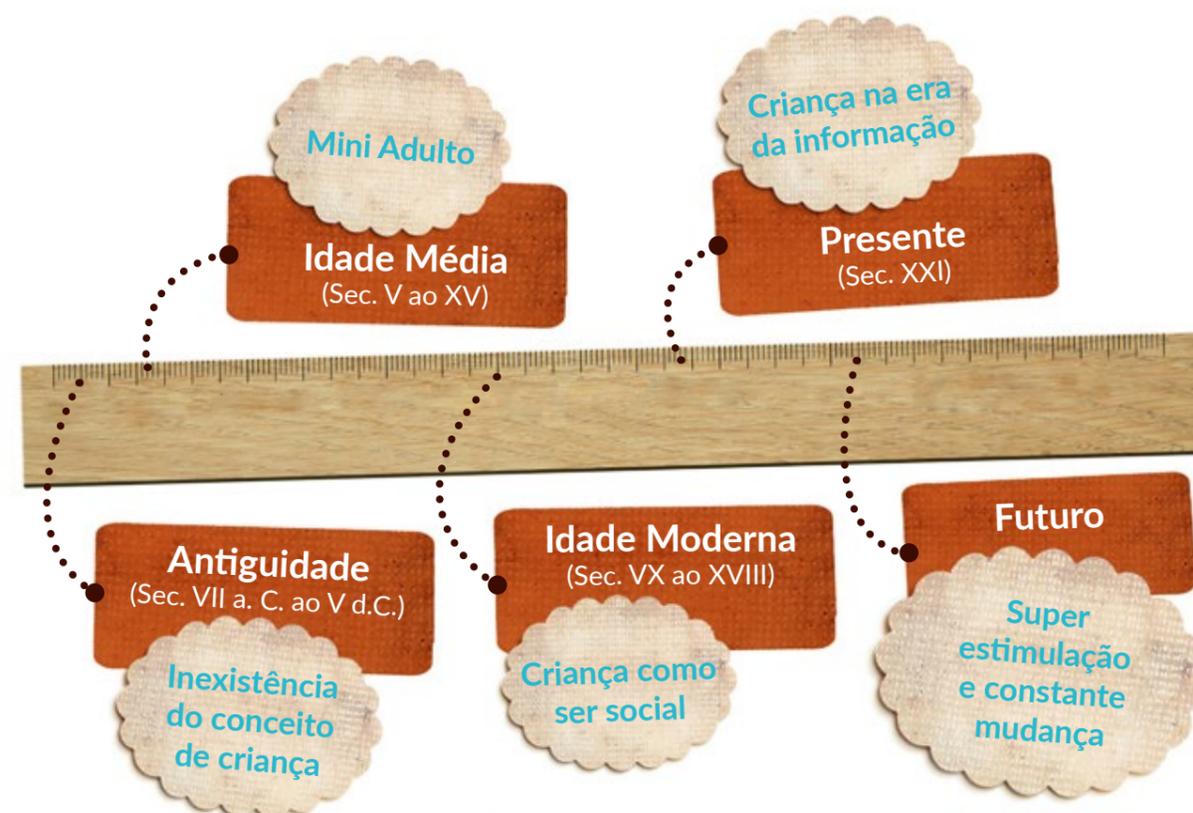
Interferem na nossa percepção do meio, na nossa maneira de dialogar, interagir, se relacionar e estudar... Ou seja, influenciam e alteram a nossa maneira de fazer nossas atividades diárias.

Na infância, desde muito cedo também é marcante a presença do mundo digital. São inúmeros os benefícios de viver nessa era. A tecnologia é uma ferramenta poderosíssima que pode estar a serviço tanto de favorecer, como de prejudicar o desenvolvimento de nossas crianças. O seu uso adequado pode ampliar a nossa capacidade de interação, de ação e de realização. Por meio dos jogos digitais, por exemplo, as crianças podem ampliar a sua capacidade intelectual, de resolução de problemas, de comunicação e mesmo a capacidade de interação social.

Desenvolvimento e as novas tecnologias

Nascer no século XXI é estar completamente inserido na “cultura digital”, da qual hoje não é mais possível ficarmos de fora. Seja adulto ou criança, todos os dias estamos inseridos em ambientes com portas automáticas, escadas rolantes, bilhetes eletrônicos, cartões magnéticos, eletrodomésticos “inteligentes”, *smartphones* e *tablets* e aplicativos multivariados que possibilitam uma infinidade de ações.

A criança de hoje é um “nativo digital” porque nasceu nesse contexto tecnológico completamente disponível para ser utilizado por eles e com eles. Desde muito pequenos são convidados a usar a tecnologia para criar, explorar, construir, entreter-se, expressar-se e se comunicar com os outros. Será que todas essas inovações não alteram a nossa forma de olhar e viver neste mundo? Alteram sim!



Neurociências e a educação

As neurociências são o estudo da relação cérebro-comportamento, ou seja, estudam como o nosso cérebro molda e regula os mais diversos comportamentos que expressamos no nosso dia-a-dia, como por exemplo, ações motoras, pensamentos, emoções, etc.. Por muitas décadas, a atividade humana, a estrutura e a função dos processos psicológicos (cognição) como a percepção e a memória, a atividade intelectual, a fala, o movimento e a ação, foram descritas por diversas teorias psicológicas. No caso da infância, principalmente pelas teorias de, entre outros, Jean Piaget, Lev Vygotsky e Alexander Luria. No entanto, uma dúvida importante permanecia: **qual o papel do cérebro em cada uma dessas funções?**

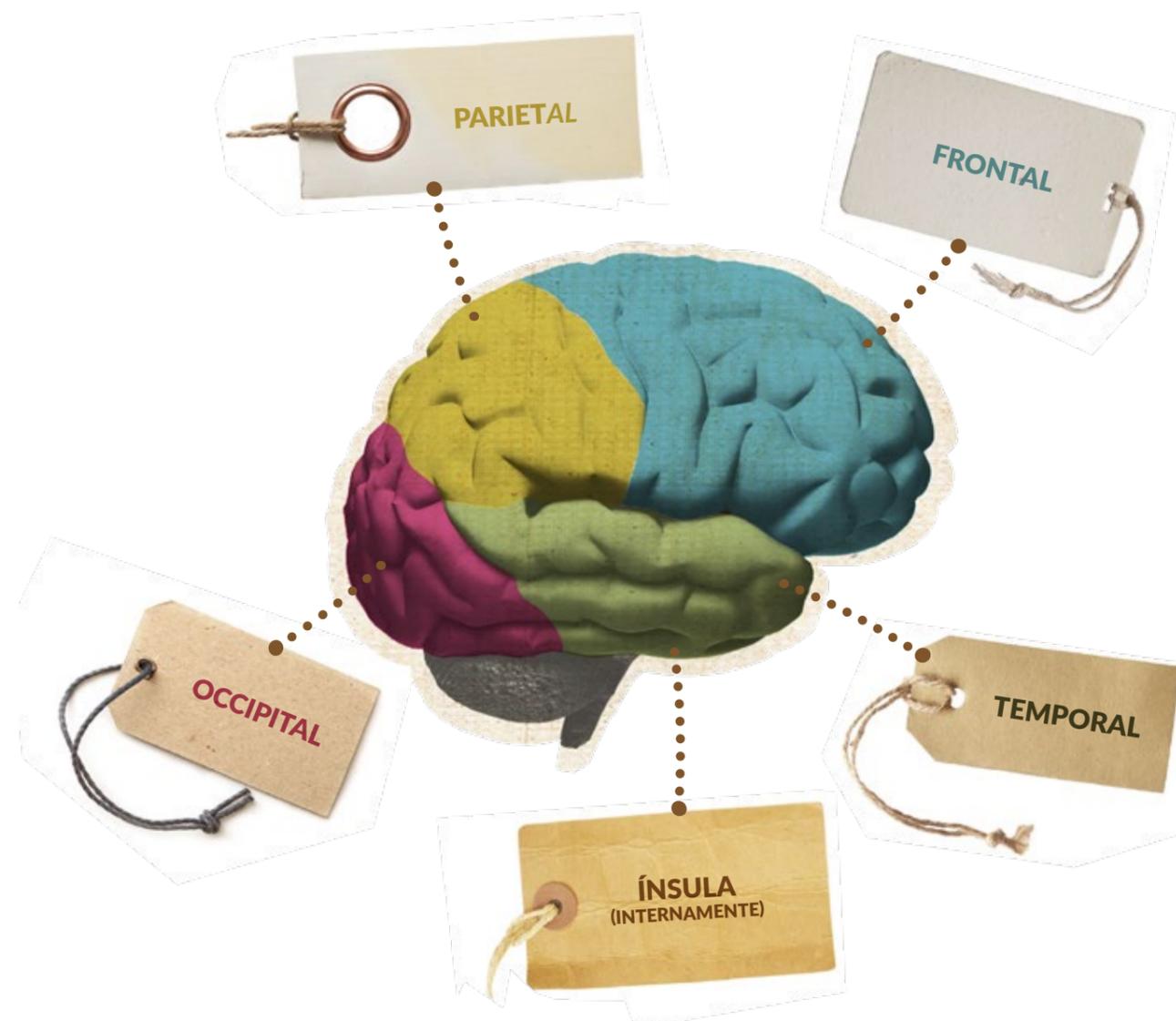
Nas últimas décadas, houve um grande avanço nos estudos que investigam a relação entre o cérebro e as nossas funções mentais. Com o aprimoramento de recursos tecnológicos, como por exemplo, exames de neuroimagem cerebral, foi possível aprimorar ainda mais conhecimentos introduzidos por importantes teóricos do desenvolvimento,, compreendendo como as conexões cerebrais interferem na manifestação e maturação dos comportamentos humanos, como a cognição, a emoção e processos de aprendizagem, dentre outros.

Um bom exemplo é que hoje já se atribui, de forma significativa, os estágios do desenvolvimento, descritos por Jean Piaget, às fases do desenvolvimento do cérebro. Assim, com

o avanço das neurociências, passamos a considerar o conhecimento do desenvolvimento cerebral, como uma variável que não pode ser dissociada da compreensão do crescimento e do desenvolvimento da criança.

Ao analisar a imagem a seguir, podemos ver o cérebro dividido em seus 2 hemisférios que, por sua vez, se dividem em 6 principais lobos. Nosso cérebro é extremamente dinâmico e seu funcionamento depende

da conexão e ativação de milhares de vias, formadas por feixes de fibras (chamados neurônios), que rapidamente levam informações de uma região à outra. Nossos comportamentos dependem da ativação e comunicação de diferentes regiões, contudo, algumas habilidades e funções estão mais fortemente associadas a regiões específicas, destacadas na imagem. Tais funções serão minuciosamente abordadas e discutidas em apostilas posteriores.



As neurociências na sala de aula

Nos últimos 10 anos, nas diversas partes do mundo, as pesquisas sobre o cérebro oferecem contribuições de grande relevância para o refinamento dos modelos de desenvolvimento e das teorias de aprendizagem. Com isto, as práticas pedagógicas, no âmbito da Educação, podem avançar ainda mais, a partir dos avanços científicos que advêm das neurociências.

Uma das principais funções da educação infantil consiste em favorecer um desenvolvimento saudável da criança durante a primeira infância. Como mencionado anteriormente, entendemos que todos os domínios do desenvolvimento (cognitivo, afetivo, físico e socioafetivo) estão inter-relacionados e naturalmente envolvidos nas atividades cotidianas no ambiente da creche e da pré-escola. Diante disso, entendemos que conhecer os processos de desenvolvimento (inclusive cerebral) poderá contribuir para uma maior compreensão a cerca dos perfis de aprendizagem das crianças, e conseqüentemente uma melhor atuação do profissional que atua com esse grupo de crianças.

Outro fator importante é que, sabendo que a criança é um ser único, temos na sala de aula

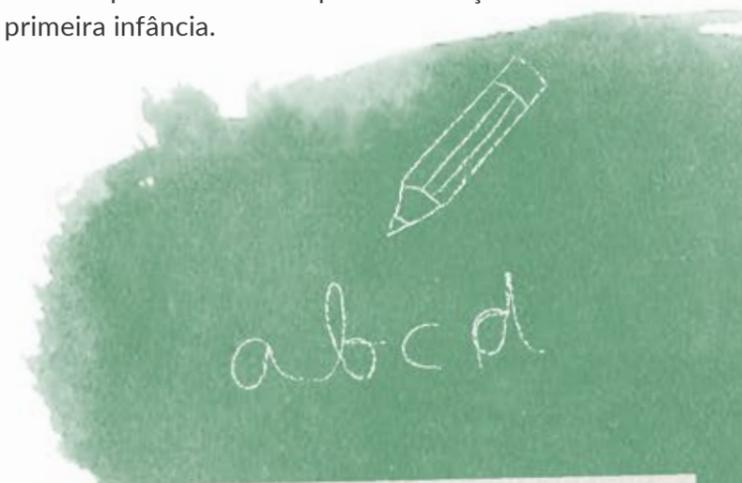
uma diversidade de perfis a serem valorizados e as neurociências nos ajudam a entender como isto pode ser feito. Reconhecer suas áreas de maior habilidade, bem como compensar e reduzir o impacto de áreas de maior dificuldade é de extrema importância. Por exemplo, desde os primeiros anos podemos observar como o bebê interage, se apresenta interesse pelo outro, se manifesta intenção de comunicação, etc. Estas observações nos ajudam a compreender melhor sobre o amadurecimento de suas habilidades sociais, sua linguagem e permitem observarmos diferentes aspectos do seu desenvolvimento.

Por exemplo, quando estamos diante de uma criança com algum problema de desenvolvimento, como no caso de uma criança com a Síndrome de Down, as neurociências nos ajudam a melhor entender o perfil do aluno com aquela condição. Por mais que a síndrome tenha características próprias, sabemos que cada indivíduo se desenvolve de uma maneira. Portanto, conhecer os pontos de fragilidade do perfil cognitivo bem como os aspectos do desenvolvimento que se constituem como pontos fortes daquela criança poderá contribuir tanto para conhecer qual o impacto dos déficits naquela criança, bem

como ao propormos estratégias que podem ser mais efetivas para a sua aprendizagem. E o mais fascinante é que com este raciocínio, assistimos não só a quem tem demandas específicas, mas sim a todos. Com isto, agimos precocemente para minimizar ou compensar aspectos que merecem maior atenção e prevenimos o aumento de tais dificuldades.

Desta maneira, o desenvolvimento cognitivo, aliado ao desenvolvimento cerebral (sempre com a influência dos fatores ambientais) nos dá a noção das possibilidades e das limitações da criança na fase do desenvolvimento pela qual está passando. Aliamos, assim, os mecanismos cerebrais necessários para a aprendizagem.

Por essas e outras razões é que as neurociências da educação estão emergindo como um novo campo que, juntamente as outras áreas do saber como a psicologia do desenvolvimento e a educação, pode contribuir com a busca da promoção de um desenvolvimento pleno e saudável para as crianças na primeira infância.



Os neuromitos

Como sabemos, nos dias atuais muito se tem falado sobre o cérebro, seu funcionamento e importância em nossas vidas. No entanto, nem sempre tais conhecimentos, amplamente difundidos pelos meios de comunicação, tem embasamento científico, mas terminam se espalhando e sendo tidos como verdades. Estamos chamando esses conhecimentos de “neuromitos”. A seguir, apresentaremos alguns deles, com o objetivo de esclarecer alguns aspectos que julgamos relevantes.

Como em qualquer área do saber, devemos ser críticos com relação às informações que buscamos, para evitar concepções enviesadas ou errôneas.

O que é um neuromito?

Os neuromitos são ideias equivocadas sobre o funcionamento cerebral.



Mito 1

É preciso estimular a criança ao máximo até aos 3 anos de idade, que é quando o cérebro humano está no auge da quantidade de conexões sinápticas e de neurônios.

Não há nenhuma comprovação científica que ateste a eficácia de submeter uma criança pequena a uma quantidade muito elevada de estímulos e a informações complexas demais para a sua faixa etária. Além disso, a queda da quantidade de sinapses já é vista pelos neurocientistas como uma forma natural de eliminar gastos desnecessários de energia do corpo e de lapidar as funções cerebrais.

Mito 2

Usamos somente 10% da capacidade do nosso cérebro.

As diversas técnicas de medição da atividade cerebral empregadas pela neurociência, como, por exemplo, a tomografia e a ressonância magnética, mostram que não existem áreas inativas no cérebro.

Mito 3

Há períodos críticos para a aprendizagem.

As pesquisas mostram que não existem períodos específicos para a aprendizagem, de forma que se algo não for aprendido até certa idade, poderá ser absorvido posteriormente. O que existem, na verdade, são períodos sensíveis para os processos que precisamos aprender, que ocorrem devido à plasticidade cerebral.

Mito 4

As crianças poderiam aprender melhor se fossem ensinadas de acordo com o seu estilo de aprendizagem preferido.

Esta concepção está baseada no fato de que as informações sinestésicas, visuais e auditivas, são processadas em áreas diferentes do cérebro. Contudo, estas estão conectadas entre si e transferem informações através das modalidades sensoriais. É incorreto afirmar que apenas uma habilidade sensorial está envolvida no processamento das informações. As pesquisas mostram que a criança não processa as informações de maneira mais eficiente quando é ensinada por intermédio do estilo de aprendizagem preferido.

A importância da neurociência para as políticas públicas no Brasil

No nosso país, infelizmente, ainda é tímido o movimento de políticas públicas em prol de melhorias na área da educação. Observa-se, também, que faltam propostas de novas ações com sólida e reconhecida base científica, as quais possam ser mensuradas e replicadas para as diferentes populações país afora, promovendo melhorias para um número maior de alunos

O presente projeto tem por objetivo integrar os conhecimentos das neurociências com os da educação, para que a troca de experiências possa contribuir para o desenvolvimento de práticas para a primeira infância, além de

disseminar esses conhecimentos para beneficiar o maior número possível de crianças.

Visando esta integração de conhecimentos, o projeto tem como base um modelo de intervenção precoce. Os modelos internacionais de intervenção precoce na primeira infância têm demonstrado que há uma melhor eficácia nos contextos nos quais têm sido implementados. A Resposta à Intervenção (do inglês "Response to Intervention"), também conhecida pela sigla RTI, é um modelo amplamente conhecido atualmente na educação em diversos países e, ainda que de forma muito restrita, vem sendo também testado no Brasil.



Que modelo é esse?

O modelo do RTI visa prevenir e remediar as dificuldades de aprendizagem, baseado na implementação de um sistema integrado de detecção precoce e de níveis progressivos de apoio à criança.

A intervenção precoce, portanto, visa prevenir ou mitigar a ocorrência de problemas escolares, usando um modelo de intervenções empiricamente validadas que permitem:

- **A identificação precoce de crianças que apresentam problemas acadêmicos e comportamentais;**
- **O monitoramento do progresso de crianças em risco para desenvolver dificuldades nessas áreas;**
- **A oferta de intervenções cada vez mais intensivas na própria escola, baseadas no progresso da resposta, a qual é monitorada constantemente.**
- **A visão holística do desenvolvimento da criança (cognitivo, comunicativo, sócio-emocional, motor e de linguagem);**
- **A importância da intervenção precoce para aumentar as oportunidades da criança, principalmente as carentes de experiências ambientais;**
- **A importância de fornecer suporte em um ambiente natural;**
- **A necessidade de monitoramento numa perspectiva multi-dimensional da criança, que possa ao mesmo tempo identificar as potencialidades e as necessidades.**

O modelo para a educação infantil, tem sido denominado de K-RTI, e especifica as necessidades desta faixa etária. Desta maneira, as adaptações e a implementação do modelo RTI para a educação infantil deve considerar:

O RTI reforça os resultados e não os déficits dos alunos.

Qual é a proposta do Projeto Pela Primeira Infância?

Em 2012, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV) lançaram um Edital para Chamada de Propostas para selecionar pesquisas na área do desenvolvimento infantil, em particular na primeira infância. Entre os projetos aprovados nessa chamada, estava este, implementado

pela Universidade Federal de São Paulo, na época intitulado “Desenvolvimento de um Programa de Formação em Desenvolvimento Cognitivo, com base nas Neurociências, para Profissionais da Educação Infantil na Cidade de São Paulo”, utilizando o modelo da Resposta à Intervenção (RTI) como fundamentação teórica e prática.

Por quê?

Várias pesquisas anteriores apontaram que a identificação das necessidades formativas dos profissionais da educação infantil constituía um passo essencial na tentativa de melhorar a formação profissional, e que as principais necessidades formativas dos profissionais da educação infantil se referiam à compreensão adequada das teorias e das bases do desenvolvimento cognitivo e comportamental da criança. Também era importante saber o que implicava esse conhecimento na prática, numa perspectiva crítico-reflexiva.

Em função disso, organizamos temas sobre Desenvolvimento Infantil que se mostraram relevantes na prática do Profissional da Educação Infantil e que serão aprofundados nos módulos a seguir.



Criança:
um ser em desenvolvimento

Conhecendo as funções do cérebro e o comportamento:
atenção, impulsividade, comportamento executivo

Desenvolvimento emocional e comportamento I:
indisciplina, teimosia, birra, isolamento, choro, agressividade, interação

Conhecendo as funções do cérebro:
desenvolvimento da linguagem

Desenvolvimento emocional e comportamento II:
interação, limites e regras, autonomia, flexibilidade e relação de confiança.

Crescimento e desenvolvimento da criança de 0 a 5 anos

Conhecendo as funções do cérebro:
desenvolvimento motor

Crianças com síndromes genéticas II

Prática Pedagógica e o processo de aprendizagem na Educação Infantil:
revisão dos principais temas apresentados e a relação com a prática pedagógica e o processo de aprendizagem.

Crianças com síndromes genéticas I



Referências bibliográficas

BRONFENBRENNER, U. (1917). *The ecology of the human development: Experiments by Nature and Design* – Cambridge, Harvard College Press

CALDEIRA, L.B. *O conceito de infância no decorrer da história*. 2010.

COHN, C. *Antropologia da criança*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CRAVEIRO, C., FERREIRA, I. *A educação pré-escolar face aos desafios da sociedade do futuro*. Repositório Institucional da ESEPF, 2007.

FROTA, A.M.M.C. *Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção*. *Estud. pesqui. psicol.*, v 1, n.1, 2010.

TOSATTO, Carla. *O que é ser criança hoje? Atividades e experiências*. Abril, 2009.

Links úteis

<http://www.fmcsv.org.br/>

<http://educarparacrescer.abril.com.br/>

<http://porvir.org/>

<http://www.cerebronosso.bio.br/>

<http://www.suzanaherculanohouzel.com/>

<http://www.cerebromente.org.br/>

<http://revistaescola.abril.com.br/gestao-escolar/neurociencia-como-ela-ajuda-entender-aprendizagem-691867.shtml>

<http://www.aprendercrianca.com.br/>

<http://primeirainfancia.org.br/>

Sobre nós

Este material é resultado do projeto “Desenvolvimento de um Programa de Formação em Desenvolvimento Cognitivo para Profissionais da Educação Infantil: o modelo de Resposta à Intervenção”, iniciado em 2013, com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV) e da Associação Fundo de Incentivo à Pesquisa, e desenvolvido na Universidade Federal de São Paulo, sob responsabilidade dos pesquisadores Prof. Dra. Mônica C. Miranda, Prof. Dr. Orlando F. A. Bueno e equipe.

Em 2015, a equipe do Instituto ABCD – sob coordenação de Carolina ToledoPiza (MSc.) – e do NINAPI (Núcleo de Investigação em Neuropsicologia, Afetividade, Aprendizagem e Primeira Infância, da Universidade Federal Rural de Pernambuco) – sob coordenação da Prof. Dra. Pompéia Villachan-Lyra e participação das pesquisadoras Ana Cleide Jucá (MSc.), Emmanuelle Chaves (Dra.) e Sílvia Maciel (Dra.), com o apoio da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco (FACEPE) – integraram o projeto, visando aprimorar seu conteúdo e ampliar as perspectivas de atuação para outros Estados do país.

O projeto, agora denominado **Projeto Pela Primeira Infância**, é um conjunto de ações de pesquisa e de formação de profissionais da Educação Infantil. Ele foi criado tendo por base o fato, já apontado por diversas pesquisas, de que as principais demandas formativas dos profissionais da educação infantil se referem à sua necessidade de uma compreensão, mais adequada e abrangente, das teorias e das bases do desenvolvimento cognitivo, socioafetivo e comportamental da criança.

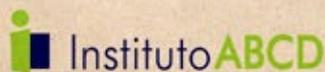
Além disso, também é consenso na comunidade científica, o reconhecimento da importância de uma intervenção adequada na primeira infância (inclusive no ambiente escolar) para um desenvolvimento infantil pleno e saudável.

Assim, faz parte do Projeto Pela Primeira Infância, um ciclo de debates teóricos intitulado: “Formação continuada em Desenvolvimento Infantil, com base nas neurociências, para profissionais da Educação Infantil” – constituído por 10 encontros, nos quais há a disponibilização de material apostilado. Após a participação em todo o ciclo de debates, são desenvolvidas discussões práticas para a implementação de estratégias de estimulação do desenvolvimento da criança na primeira infância.

Nós acreditamos que um programa desta natureza deve incluir material estruturado e formação continuada, com intenso diálogo com aqueles envolvidos com a criança (famílias, comunidades, profissionais da educação e da saúde).



Apoio:



Realização:

